

AÇÕES AFIRMATIVAS NO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA: UM OLHAR A PARTIR DA DIRETORIA SISTÊMICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Cacilda Ferreira dos Reis¹

Marcilene Garcia de Souza²

Valdeluce Nascimento Santos³

Resumo

Este artigo propõe-se apresentar algumas considerações sobre as ações institucionais construídas para o fortalecimento das ações afirmativas no Instituto Federal da Bahia-IFBA. Para tanto, destaca-se um conjunto de proposições implementadas pela Diretoria Sistêmica de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis-DPAAE, entre 2020 e 2022. Enfatiza-se a necessidade da avaliação e monitoramento das ações afirmativas para negros, indígenas e pessoas com deficiência, especialmente estas beneficiadas pela Lei Federal 12.711/12 (Lei de cotas) nas Instituições Federais por critérios de escola pública, renda e sub-cotas raciais e étnicas. Dessa forma, espera-se contribuir com as discussões sobre a formulação de metodologias de planejamento,

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador. Mestra em Política Social/UnB e doutora em Ciências Sociais/Unicamp. Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais-UFOB. Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Reitoria, atuando como Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis da Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis/DPAAE. Membro da Câmara Básica de Assessoramento e Avaliação da Área de Ciências Sociais e Aplicáveis da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), biênio 2021-2023. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5409-9040>. E-mail: cacildafreis1@gmail.com.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2010); Bolsista do Programa Internacional de Bolsas na Pós Graduação da Fundação Ford - International Fellowships Program (2007 a 2010); Possui Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná -UFPR (2003); Especialização em Culturas Africanas e Relações Interétnicas na Educação Brasileira (2000); É Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná -UFPR(1998); É pesquisadora sobre Relações Raciais no Brasil, na área de Ações Afirmativas na Educação e cotas em concursos públicos. É atualmente Líder do Grupo de Pesquisa Reexistência (sobre Negros e Povos Indígenas), professora da disciplina de Sociologia do Instituto Federal da Bahia - IFBA/ Campus Salvador e Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis do IFBA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8537-7821>. E-mail: lenagsouza@yahoo.com.br.

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (2004). Assistente Social do Instituto Federal da Bahia, campus Simões Filho. Coordenadora Geral do Projeto Afirmacotas da Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (DPAAE-IFBA). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Educação, e dedica-se ao estudo das questões Étnicorraciais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0127-0243>. E-mail: valdeluce@ifba.edu.br.

monitoramento e avaliação das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil no sentido da ampliação das condições de acesso, permanência e exito para negros, indígenas, pessoas com deficiência e brancos pobres que são beneficiados pela Lei de cotas nas instituições de ensino.

Palavras-chave: Avaliação das cotas; Ação afirmativa; Assistência estudantil.

AFFIRMATIVE ACTIONS AT THE FEDERAL INSTITUTE OF BAHIA: A VIEW FROM THE SYSTEMIC BOARD OF AFFIRMATIVE ACTIONS AND STUDENT AFFAIRS

Abstract

This article proposes to present some considerations about the institutional actions built to strengthen affirmative actions at the Federal Institute of Bahia-IFBA. To this end, a set of proposals implemented by the Systemic Board of Affirmative Actions and Student Affairs-DPAAE, between 2020 and 2022, is highlighted. These benefit from Federal Law 12.711/12 (Law of Quotas) in Federal Institutions by criteria of public school, income and racial and ethnic sub-quotas. In this way, it is expected to contribute to the discussions on the formulation of planning methodologies, monitoring and evaluation of affirmative action policies and student assistance in the sense of expanding the conditions of access, permanence and success for blacks, indigenous peoples, people with disabilities and poor whites who are benefited by the Law of Quotas in educational institutions.

Keywords: Quota assessment; Affirmative action; Student assistance.

ACCIONES AFIRMATIVAS EN EL INSTITUTO FEDERAL DE BAHIA: UNA MIRADA DESDE LA JUNTA SISTÉMICA DE ACCIONES AFIRMATIVAS Y ASUNTOS ESTUDIANTILES

Resumen

Este artículo se propone presentar algunas consideraciones sobre las acciones institucionales construidas para fortalecer las acciones afirmativas en el Instituto Federal de Bahía-IFBA. Para ello, se destaca un conjunto de propuestas implementadas por el Consejo Sistémico de Acciones Afirmativas y Asuntos Estudiantiles-DPAAE, entre 2020 y 2022. Estos se benefician de la Ley Federal 12.711/12 (Ley de Cuotas) en las Instituciones Federales por criterios de público

escuela, ingresos y subcuotas raciales y étnicas. De esta forma, se espera contribuir a las discusiones sobre la formulación de metodologías de planificación, seguimiento y evaluación de políticas de acción afirmativa y atención estudiantil en el sentido de ampliar las condiciones de acceso, permanencia y éxito de negros, indígenas, personas con discapacitados y blancos pobres que son beneficiados por la Ley de Cuotas en las instituciones educativas.

Palabras clave: Evaluación de cuotas; Acción afirmativa; Asistencia al estudiante.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a trajetória da educação profissional é marcada por mudanças e reformas implementadas pelos governos que ascenderam ao poder (REIS, 2018). A mais recente refere-se a expansão da educação profissional no país, que culminou, entre outras ações, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei nº 11.892/2008, voltada a oferta da educação profissional, técnica e tecnológica, formação de professores e bacharelados.

Registra-se que os institutos federais foram criados dentro do contexto de acomodação de interesses políticos em conflito e, desse modo, expressa uma síntese dos embates entre o capital e o trabalho (RIBEIRO, 2018). Frigotto (2018, p. 14) tece críticas ao que denomina de macropolítica educacional pública; contudo, destaca que “a oportunidade de milhares de jovens terem acesso aos IFs, nas diferentes modalidades e níveis de ensino, num país que sempre se negou à maioria, aos filhos dos trabalhadores, o direito à educação básica de nível médio, é em si um ganho extraordinário”.

Em dados atuais, a rede é composta por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica, o Colégio Pedro II, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, além de escolas técnicas vinculadas às universidades federais (MEC, 2022). Ao total são 647 escolas em 651 municípios

do país, com mais de um milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores entre professores e técnico-administrativos (CONIF, 2022).

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) ressalta que as instituições integrantes da rede cumprem o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de qualidade a jovens e trabalhadores do campo e da cidade. Do mesmo modo, viabilizam o acesso às conquistas científicas e tecnológicas, por meio da oferta de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento; além de promoverem a pesquisa aplicada e a inovação e atuarem fortemente na extensão tecnológica (CONIF, 2022).

Em se tratando do Instituto Federal da Bahia, a sua origem remonta-se à inauguração, em 1909, da Escola de Aprendizes Artífices. Nesse percurso centenário, destaca-se que, no ano de 1993, a Escola Técnica Federal da Bahia-ETFBA em junção com o Centro de Educação Tecnológica da Bahia - CENTEC transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia -CEFET-BA (REIS; VIELMO; CARDOSO, 2014).

Com o processo de expansão da rede federal, atualmente o IFBA conta com 22 campi, 02 campi em fase de implantação, 05 Centros de referência e 01 Polo de Inovação, essas unidades espalhadas entre os 26 do total de 27 Territórios de Identidade do estado⁴ e a Reitoria, na cidade de Salvador. São mais de 36 mil estudantes distribuídos por cerca de 300 cursos presenciais, 17 cursos à distância. Administrativamente conta com 1.700 docentes e mais 1.000 técnicos administrativos (IFBA, 2022).

No que diz respeito ao acesso, permanência e êxito nos institutos federais, em particular dos(as) estudantes ingressantes pelo sistema de cotas, aponta-se a relevância da formulação e consolidação de políticas e metodologias que contribuam para minimizar os impactos das taxas de evasão e retenção, mas também, chama-se a atenção para a qualidade desta

⁴ A divisão territorial da Bahia em Territórios de Identidade (TI) aconteceu a partir do ano de 2007. No estado são reconhecidos 27 Territórios de Identidade, demarcados por critérios ambientais, econômicos e culturais, entre outros, além de observar as populações como grupos sociais relativamente distintos, os quais indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SECULT-BA, 2022).

permanência quando se considera as interações dentro da Instituição, sobretudo no cotidiano das relações sociais.

É necessário criar as condições sociais que possibilite uma permanência qualificada na trajetória escolar dos(as) discentes para enfrentar as desigualdades socioeconômicas, bem como as discriminações que afetam de forma singular a população negra, os povos indígenas e pessoas com deficiência, quilombolas, pessoas trans e, que estruturalmente impactam no percurso formativo ou corrobora para um tipo de permanência com mais obstáculos sociais e psicológicos.

Salienta-se que as ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas ou privadas que tem por finalidade promover igualdade de oportunidades para grupos que sofreram injustiças históricas e para corrigir os efeitos atuais desta discriminação praticada no passado contra, por exemplo, a população negra, os povos indígenas e as pessoas com deficiência (SOUZA, 2010 e 2020; GOMES, 2001).

Tanto na educação como noutras esferas, as ações afirmativas buscam evitar a perpetuação destas desigualdades presentes na sociedade porque provocam transformações sociais na contraposição destas desigualdades (SOUZA, 2010; GOMES, 2001). Por sua vez, as políticas de cotas “são medidas dentro dos programas de ações afirmativas que asseguram reserva fixadas de vagas nos processos seletivos para negros ou outros grupos afetados por discriminação” (SOUZA, 2010, 2019).

Ao tratar-se das ações afirmativas por meio de cotas no âmbito do IFBA, enfatiza-se duas dimensões importantes: da responsabilidade da administração pública e seus gestores na avaliação e monitoramento das ações afirmativas para efetividade das políticas de permanência e êxito dos estudantes nas Instituições de Educação que apresentam tais políticas.

Desta forma, o artigo considera a percepção de três servidoras que são mulheres negras, gestoras na área de ações afirmativas e assuntos estudantis no IFBA e, que contribuíram para formulação direta ou indiretamente e consolidação de políticas na área de ações afirmativas para negros, indígenas e

pessoas com deficiência dentro da Instituição e que, também são pesquisadoras sobre ações afirmativas e assistência estudantil.

Para a construção do artigo recorreu-se à produção teórica que trata da temática das ações afirmativas e assistência estudantil, tal como Souza (2010, 2016 e 2022); Gomes (2001); Dutra e Santos (2017); Mocelin (2022), entre outros. Utilizou-se ainda a análise documental e de relatórios sobre as ações desenvolvidas pela DPAAE, no período de 2020 a 2022.

AÇÕES AFIRMATIVAS POR MEIO DE COTAS NO IFBA

Ao considerar o contexto histórico das ações afirmativas no IFBA, destaca-se que, em 2006, o antigo CEFET-BA aprovou no Conselho Superior(Consup) a Resolução nº 10 de 01/06/2006 que estabeleceu “o sistema de reserva de vagas, cotas para afrodescendentes, indígenas e índios descendentes, nos processos seletivos para ingresso nos cursos oferecidos pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia- CEFET-BA” com reserva de 50% das vagas em todos os cursos de nível médio, técnico ou superiores. Assim, seria necessário que estudantes tenham cursado todo o ensino médio na Escola Pública, sendo que, desses, pelo menos 60% “afro-descendentes”, 5% índios e índios descendentes e 35% para os demais.

Desde 2012, o IFBA passou a institucionalizar a Lei Federal 12.711/12 que assegura 50% das vagas para cotas sociais (alunos oriundos de escolas públicas) com sub-cotas para quatro grupos: Negros (pretos ou pardos) e indígenas e também para ingressantes com critério de escolas públicas (em geral brancos pobres) e, outra sub-cotas para pessoas com deficiência pretos, pardos ou indígenas e para pessoas com deficiência que não são pretos, pardos ou indígenas.

A distribuição dessas vagas reservadas considera formas de ingresso dos candidatos oriundos de escola pública, por grupo renda mais grupo racial (negros) e étnico (indígenas); Para os programas de Pós-graduação, a Resolução nº 41 de 19 de dezembro de 2017 assegura cotas para negros, indígenas, pessoas

trans e quilombolas. Salienta-se, ainda, que com a Lei 12.990/12 o IFBA passou a cumprir a normativa que garante reserva de vagas de 20% para negros (pretos e pardos) em todos os concursos públicos federais. Em 2022, o Consup aprovou cotas quilombolas no Processo Seletivo - PROSEL voltado para os cursos técnicos do IFBA e Sistema de Seleção Unificada- SISU que inclui estudantes na graduação.

Conforme Marcilene Garcia de Souza (2021), algumas mudanças institucionais, consideradas estruturais na área de ações afirmativas dentro do Instituto Federal da Bahia, marcam o ano 2020, quando da posse da atual reitora, professora Luzia Mota (2020-2023), que é a segunda mulher negra eleita como reitora e, entendeu alguns desafios institucionais do IFBA para a permanência e êxito com qualidade na Instituição destacando a necessidade de políticas que valorizem, ampliem e efetivem as ações afirmativas para os grupos beneficiados por programas de cotas no âmbito da instituição.

Essa perspectiva pode ser observada nas normativas que asseguram reserva fixada de vagas nos cursos Integrados e Educação Superior, nos cursos de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado e doutorado), assim como nos estágios profissionais e nos concursos públicos (efetivos ou para substitutos).

De forma especial, enfatiza-se a criação no âmbito da Reitoria da Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis-DPAAE (com status de pró-reitoria) composta por dois departamentos. Departamento de Assuntos Estudantis-DAES com três coordenações (Coordenação de Assistência e Apoio ao Estudante/CAAE; Coordenação de Inclusão e Acessibilidade/CIAC e Coordenação de Permanência e Ações Pedagógicas/CPAPE). O outro é o Departamento de Políticas Afirmativas- DPAF com quatro coordenações: (Coordenação de Ações Afirmativas para Negros/CAAN; Coordenação Indígena e Povos Tradicionais/CIND; Coordenação de Educação das Relações Étnico-Raciais/CERER e Coordenação de Enfrentamento ao Racismo Institucional/ CERI).

Destaca-se que a criação a DPAAE entre 2020 e 2022 intentou articular de forma estrutural dentro do IFBA políticas e normativas que possibilitaram

maior visibilidade sobre as temáticas das ações afirmativas para negros, indígenas e pessoas com deficiência considerando demandas dos movimentos sociais negros historicamente organizados, assim como de servidores negros do Instituto organizados coletivamente.

Ao considerar a importância da criação da DPAAE, o presente artigo busca relatar a experiência de implementação do setor, atentando-se aos desafios da nova gestão do IFBA em identificar os principais problemas e apresentar proposições destinadas à valorização das ações afirmativas na instituição, com especial atenção para o acesso, permanência e êxito dos(as) estudantes.

DESAFIOS NA VALORIZAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO IFBA

Parte-se do pressuposto que é dever da Administração Pública avaliar e monitorar as políticas de ações afirmativas. Por essa perspectiva, entende-se não ser exclusivamente da responsabilidade de um gestor porque que é negro e sim da Instituição como todo, tendo em vista o compromisso dos seus principais gestores na Reitoria e nos Campi.

A instituição promotora da política tem papel preponderante na gestão eficiente da forma de avaliação e monitoramento de ações afirmativas perseguindo suas finalidades, porque detém os dados quantitativos e qualitativos que, uma vez processados (sistematizados), devem gerar uma base de dados qualificados para análise da política, observar seus desafios e estratégias de enfrentá-los. Ressalta-se que a produção de indicadores sociais com resultados das políticas focalizadas é uma importante ferramenta de gestão contínua da política dando suporte para seu aperfeiçoamento.

Entende-se que é necessário desenvolver tais ferramentas para que a instituição possa ter condições de monitorar e aperfeiçoar a política em questão. Parte-se da compreensão de que tais ferramentas devem ser construídas a partir do diagnóstico advindo tanto pelo histórico da implementação da política, quanto pela percepção dos beneficiários diretos

desta. No caso do IFBA, almeja-se que da análise gerada por essa investigação seja possível destacar elementos que favoreçam a elaboração de indicadores de qualidade da política de cotas, sendo este um elemento central para proceder à avaliação institucional das ações afirmativas e dos seus impactos e demandas para política de assistência estudantil.

Diante da complexidade do racismo institucional é notório que dos grandes obstáculos encontrados na gestão da promoção da igualdade racial na administração pública, em particular nas instituições de educação como é o IFBA, tem sido construir estratégias de formulação de políticas que aglutine a comunidade interna (22 campi) e externa da instituição, especialmente estratégias que ampliem o olhar, compromisso e responsabilidade de gestoras(es) acerca da importância do fortalecimento das ações afirmativas para qualidade da permanência e êxito dos(as) estudantes.

Do ponto de vista pedagógico, é arcaica a concepção de que as desigualdades são equivalentes para grupos étnico-raciais diferentes. Notadamente com o advento das ações afirmativas, por meio de cotas, explicita-se a necessidade de as instituições agirem afirmamente no reconhecimento das diferenças dos grupos que padeceram de injustiças históricas e sofrem discriminação no cotidiano da instituição, sobretudo e inclusive pela forma de operar o ensino, pesquisa e extensão, muitas vezes baseada em ideia hierárquica de meritocracia, sem reconhecer o papel da instituição em garantir igualdade de oportunidade para os(as) estudantes que mais precisam da instituição visando desenvolver suas potencialidades.

Acrescenta-se que no âmbito das instituições de ensino, a formação do corpo docente e a qualificação da equipe dos técnicos administrativos em educação necessitam ser observadas especialmente à luz das ações afirmativas e seus sentidos, assim como das infraestruturas necessárias para uma educação de qualidade.

Outra questão relevante é que o reconhecimento das diferenças, traduzidas em políticas relacionadas com as demandas da população negra, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dos ciganos, das pessoas com

deficiência, das mulheres e da população LGBTQIA+, como observado no IFBA, necessita estar na centralidade das políticas educacionais preocupadas com a qualidade da permanência e êxito dos(as) estudantes.

Destaca-se ainda que a ausência de uma política institucional de avaliação e monitoramento pode surtir impactos negativos na reprodução de estigmas e estereótipos sobre os(as) estudantes ingressam por “cotas”, especialmente as cotas raciais, que apresentaria índice de rendimento acadêmico menor, taxa de evasão e/ou retenção mais expressiva que os demais e isso carece ser identificado e analisado conforme as singularidades dos cursos técnicos e superior. Não obstante isso, anteriormente ao ano de 2020 no IFBA, não houve registro de uma política institucional de acompanhamento dos cotistas de forma geral ou singular traduzida em relatórios oficiais.

Além das questões acima abordadas, indica-se que a construção de políticas de assistência estudantil baseada somente em critérios racionais de renda, colocando em disputa perspectiva mais seletiva ou mais universal (DUTRA e SANTOS, 2017), tem se traduzido em resultados menos eficazes e efetivos para grupos que necessitam de ações específicas e singulares da instituição para contrapor seus cotidianos de discriminações e preconceitos.

DESAFIOS NAS GESTÕES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO IFBA

Destaca-se que é a primeira vez na história da IFBA, instituição centenária, num Estado com mais de 80% de negros, com a terceira maior população indígena do Brasil, com mais de 800 comunidades quilombolas, que ocorreu a institucionalização de um órgão responsável por gerir as políticas afirmativas. Desta forma, iniciando a gestão da DPAAE juntamente com a pandemia da Covid-19, elenca-se alguns dos principais desafios observados:

- Racismo Institucional na forma de gerenciar as políticas de ações afirmativas;
- Ausência de Políticas internas na Instituição que regulassem e fortalecessem de forma direta as ações afirmativas para Negros, Indígenas e Pessoas com Deficiência;

- Invisibilização da temática das ações afirmativas institucionais reguladas pela Instituição entre gestores, servidores docentes e técnicos administrativos e corpo discente;
- Desafios na coleta de dados que revelem os impactos das ações afirmativas na Instituição considerando os grupos beneficiados;
- Antigos gestores, do ponto de vista das ações, pouco comprometidos com a pauta das ações afirmativas especialmente para a população negra;
- Sub-representação de Negros, Indígenas, Mulheres e Pessoas com Deficiência nas maiores instâncias de poder na Instituição (Direções Gerais);
- Omissões e silêncios institucionais acerca da implementação da LDB no que se refere a Lei 10.639/03 e 11.645/08 que, notadamente, muitas vezes, foi impulsionadas individualmente por docentes e técnicos administrativos negros/ou brancos antirracistas sem institucionalização de políticas;
- Falta de investimento em recursos rubricados para fortalecimento das ações afirmativas, conforme os grupos beneficiados.

AÇÕES INSTITUCIONAIS CONSTRUÍDAS NO IFBA PARA FORTALECIMENTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Desde o ano de 2020, as principais ações construídas pautavam-se na necessidade de fortalecer as ações afirmativas, visando mudanças sociais na Instituição contrapondo os processos de invisibilização das políticas de ações afirmativas nos processos pedagógicos seja no ensino, pesquisa ou extensão. Assim, destaca-se algumas ações formuladas e consolidadas por meio de Grupos

de Trabalho e Comissões que envolveram representações de servidoras/es atuantes na Reitoria ou da Reitoria com representações dos 22 Campi do IFBA.

Em primeiro lugar, buscou-se compreender a realidade acerca dos desafios da instituição com produção de indicadores que pudessem traduzir as realidades e reais os desafios da Instituição. Investiu-se na ampliação de normativas que orientassem ações para o fortalecimento de ações afirmativas focadas nos grupos beneficiados pelos programas de cotas, como demonstra-se abaixo.

a) Enfrentamento ao racismo institucional

2020. Institucionalização da Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis-DPAEE;

2021. Institucionalização dos NEABI'S - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas em todos os Campi;

2021. Institucionalização das Bancas de Heteroidentificação Racial, conforme listado a seguir;

- Formação Específica sobre Heteroidentificação Racial para todas as Comissões dos Campi.

- Formação Específica sobre Heteroidentificação Racial para todos membros de Banca - envolvendo todos os Campi.

- Institucionalização pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI) do PIBIC/AF.

- Institucionalização das cotas para quilombolas nos processo seletivo para ingresso de estudantes (Prosel) e Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

- Institucionalização do Projeto AfirmaCotas para análise dos impactos das cotas para negros, Indígenas e Pessoas com Deficiência no IFBA nos últimos 10 anos. (Lei 12.711/12).

- Plano de Comunicação do IFBA com inserção sobre a temática da diversidade.

- Aumento da participação de Negros (mulheres negras e homens negros) na estrutura de poder na alta gestão da Reitoria onde se considerou as/os pró-reitoras/es e Diretoras/es Sistêmicas/os. Quase 80% são de negros (pretos ou pardos), para além da Reitora. Entre os cinco pró-reitoras/es (3 são homens e duas são mulheres), do total, somente 1 é branco, o que representou 80% de negros nas pró-reitorias. Entre as diretorias sistêmicas duas são mulheres e dois homens, sendo um homem negro e uma mulher negra.

- Organização do Encontro das Universidades e IFs da Bahia sobre Heteroidentificação Racial.

b) Educação das relações étnico-raciais

- Institucionalização do Programa de Educação das Relações Étnico-Raciais: formação sobre Negros e Povos Indígenas- PROGRAMA ASÉ-TORÉ, com produção de 15 cadernos Temáticos, biblioteca temática sobre negros e indígenas e diversos cursos de formação para docentes, discentes e comunidade;

- Fortalecimento das Semanas da Consciência Negra -20 de Novembro- por meio de transferência de recurso financeiro da Reitoria para os Campi;

- Coordenação de Editais específicos para estudantes cotistas com bolsa de Projetos na área de enfrentamento ao racismo - 90 bolsas em 2020/21;

- Organização de Curso de formação sobre Quesito cor para servidores atuantes nas matrículas;

- Coordenação do curso de enfrentamento ao racismo institucional para servidoras que atuam na Diretoria de Gestão da Comunicação Institucional (Dgcom) do IFBA;

- Participação na comissão de realização de Acordo de Cooperação com o Instituto Steve Biko na área de enfrentamento ao racismo na juventude negra e implementação da Lei 10.639/03;

- Realização de mapeamento de servidoras/es do IFBA que pesquisam ou atuam na área das relações étnico-raciais;

- Organização do Seminário sobre os 10 anos de Cotas raciais no IFBA com apresentação de resultados de ações de quase todas as pró-reitorias (2022);

- Coordenação de vários eventos formativos sobre ações afirmativas e permanência e êxito dos estudantes;

- Construção do Plano de Ação Afirmativa no IFBA (em fase de elaboração);

- Gestão de editais de Transferência de recurso financeiro para os campi para maximizar as ações na Semana da Consciência Negra (2021);

- Aprovação da Resolução de Institucionalização das Bancas de Heteroidentificação Racial em todos os processos seletivos: Cursos Técnicos, Subsequente, Graduação, Pós-Graduação e nos concursos públicos (2021);

- Ofertou Treinamento de Membros de Banca para Heteroidentificação racial nos candidatos do Prosel/2022;

- Aprovação da Resolução que institucionaliza as Cotas Quilombolas IFBA em todos os processos seletivos nos cursos técnicos e no Ensino Superior do IFBA (2022);

- Coordenação de Edital Curtas Indígenas com bolsas com bolsas ficadas em estudantes indígenas, quilombolas e negros (2021).

c) Assistência Estudantil

- Revisão do Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA - REVPAE;

- Implementação Auxílio Financeiro Estudantil em Caráter Emergencial, em decorrência da Covid-19;

- Implementação do Auxílio de Inclusão Digital Emergencial, em decorrência da Covid-19;

- Participação na elaboração do Plano Permanência Êxito do IFBA;

- Construção da Resolução de implementação da Comissão de Verificação da Cota Social e Renda;

- Participação na Comissão de elaboração da Pesquisa do Perfil do Serviço de Nutrição e Alimentação Escolar do IFBA;

- Coordenação da Comissão e Grupo de trabalho que participaram no desenvolvimento e implementação do Módulo do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) Assistência Estudantil;

- Participação no desenvolvimento do Módulo do Suap de Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (AEE);

- Desenvolvimento e implementação do Questionário de Caracterização Socioeconômica dos estudantes, visando contribuir na elaboração e desenvolvimento das políticas institucionais e no enfrentamento dos principais desafios para o acesso, a permanência e êxito na conclusão dos cursos;

- Assessoramento dos campi no que tange às questões de acessibilidade e inclusão dos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas;

- Implementação do Fórum Permanente de Acessibilidade e Inclusão do IFBA - FORPAIFBA;

- Construção da resolução da Avaliação Biopsicossocial da condição de deficiência para candidatos que pretendem ingressar no IFBA por meio da reserva de vagas para PCD.

GERENCIAMENTO DOS DADOS SOBRE COTAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Conforme explicitado, os desafios da avaliação e monitoramento das políticas de ações afirmativas do IFBA, por meio de cotas, estão relacionados com a produção de indicadores sociais que traduzem o impacto real das políticas. Justamente por isso, para além do investimento do projeto AfirmasCotas: produção de indicadores sobre cotas raciais no IFBA, a Reitoria investiu-se recursos no Projeto Indicalfba coordenado pela Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional -PRODIN envolvendo diversos pesquisadores que

pudessem compreender quais os principais desafios da gestão de dados no IFBA, possibilitando a construção de estratégias para padronização e coleta de dados sobre políticas fundamentais para a Instituição e disponibilização à sociedade, dentro dos princípios da transparência.

Na visão de Souza (2010), o gerenciamento do programa de ações afirmativas no IFBA, passam também por uma gestão dos indicadores sociais que possam traduzir a efetividade ou não da política de cotas e os seus principais desafios.

Desta forma, o Projeto Afirmacotas ao se propor a sistematizar e analisar os dados na produção de indicadores sobre os impactos das cotas IFBA, especialmente por ocasião dos 10 anos da Lei de cotas, revela-se de fundamental importância entre as políticas educacionais chamando atenção da comunidade interna e externa de como o gerenciamento de informações, seja quantitativas ou qualitativas, das ações afirmativas na valorização da diversidade étnico-racial e de pessoas com deficiência na Administração Pública, pode aumentar a qualidade e a capacidade de intervenção nos diversos setores que envolvem estudantes, servidores técnicos administrativos ou docentes, estagiários, terceirizados.

A diversidade, explica a pesquisadora, representaria o canal de alargamento da democracia por meio das ações afirmativas, especialmente pelas cotas. Ou seja, a análise do impacto quantitativo e qualitativo das cotas para negros, indígenas, pessoa com deficiência e de brancos pobres possibilitaria construir mudanças estruturais na forma de enxergar os desafios do enfrentamento às desigualdades sociais que são notadamente influenciadas pelos condicionante de cor/raça, etnia; sem esquecer a condição física muitas vezes diluída de forma atomizada somente nos condicionantes sociais (critério de renda racional), desconsiderando o perfil de desigualdade que atravessa os estudantes influenciadas por outras condicionantes que devem ser analisadas à luz das interseccionalidades (SOUZA, 2010, 2016).

O impacto das cotas, traduzido em números para a administração pública, como destacou Souza (2010), permite construir estratégias de

gerenciamento de ações afirmativas mais efetivas na desconstrução de estigmas e estereótipos sobre os grupos beneficiados. Além disso, pode construir entre os servidores gestores/docentes/técnicos maior identificação, empatia, sensibilizados e com responsabilidade no enfrentamento às desigualdades produzidas pelas discriminações que afetam negros, indígenas, pessoas com deficiência.

A sub-representação de estudantes negros, indígenas e de pessoas com deficiência, entre os estudantes, atentando-se para o perfil dos cursos, sobretudo entre aqueles com maior status social, está fortemente associada às desigualdades de resultados oriundas na forma de discriminação institucional em fases anteriores da educação, destacadamente quando se verifica as desvantagens educacionais entre os diversos grupos raciais que têm garantido à população branca uma significativa situação de vantagem social.

Porém, para além da sub-representação, é importante visibilizar as desigualdades encontradas no acesso, permanência e êxito dos(as) estudantes que adentraram na Instituição por cotas. Em hipótese alguma, particularmente para não incorrer na reprodução de racismo institucional, deve considerar as desigualdades socioeconômicas de forma universalizante dentro da Instituição.

Os processos de “ingresso” e “permanência” precisam ser avaliados de acordo com as suas especificidades. Dito com outras palavras, “ingressar é uma coisa” e “permanecer é outra coisa”. E a qualidade de permanência para além do acesso pressupõe compreender como as hierarquias raciais impactam na educação. Para romper as barreiras de gênero e raça, é necessário promover políticas e ações valorativas dos grupos posteriormente à sua entrada pelas cotas no IFBA.

A qualidade da permanência e êxito dos estudantes envolve todos os sujeitos da instituição tendo em vista as orientações normativas que fortaleçam as ações afirmativas, o recurso investido na promoção das políticas afirmativas como estrutural e estruturantes na qualidade de permanência e êxito, as relações sociais no ambiente escolar, o perfil de formação dos docentes,

técnicos administrativos, discentes e comunidade sobre a importância da valorização das diversidades na educação como sentido de ser.

Enfatizou Souza (2010), na pesquisa de Varella (2009), que

é importante compreender que algumas das manifestações flagrantes de discriminação indireta não são oriundas de manifestações expressas de discriminação, mas de práticas administrativas, empresariais, de leis, normas ou de políticas públicas aparentemente neutras, porém dotadas de potencial discriminatório, pois geram efeitos desproporcionais e injustos em prejuízo de grupos identificáveis (VARELLA, 2009, p. 22).

No que se refere às formas de avaliação e monitoramento das políticas públicas, Ricardo Ceneviva e Marta Farah (2007, p. 150) “sugerem que a institucionalização de sistemas permanentes de avaliação de políticas públicas e programas governamentais pode ser um instrumento valioso na ampliação da transparência”, e de “de prestação de contas do desempenho das organizações públicas e de responsabilização dos seus agentes”. Ao refletir sobre os programas de avaliação de educação como “controle democrático” necessita difundir e ter transparência das informações geradas com base em avaliações e, no mesmo sentido, estabelecer pactuação de ampliação das políticas considerando a necessidade de garantir que a finalidade da política seja assegurada.

No entendimento de Souza (2010), o controle social da política pública, focalizada ou não, exige tomada de decisão firme das Instituições e de seus gestores na formulação de políticas que impliquem em mudanças sociais estruturais na forma de execução das políticas, perseguindo impactos que traduzam efetividade.

Para a autora, a transparência e a forma fidedigna de filtrar e divulgar as informações (dados), considerando os desafios internos da administração, precisam ser enfrentados de forma radical como sendo centrais nos processos de avaliação e monitoramento das políticas para não incorrer nos erros administrativos que passa pelo engavetamento de informações traduzidas em invisibilidade de dados gerais ou específicos, situação que pode comprometer

as instituições do ponto de vista de suas responsabilidades. A seleção das informações e sua forma de divulgação podem corroborar para camuflar uma realidade de reprodução e reificação de racismo institucional; contudo, se apresentar como sendo de enfrentamento ao racismo.

Salienta a pesquisadora que as informações divulgadas, não por poucas vezes, são enviesadas, com grandes ou pequenos recortes de dados classificados como prioritários que favorecem o controle social, onde não há nitidez das informações, porque exigiria explicações acerca do fracasso de suas metodologias de avaliação e monitoramento. Nestas situações, a ausência de transparência impede a comunidade interna ou externa da Instituição de se apropriar de forma cidadã dos resultados e, conseqüentemente, de cobrar dos gestores públicos pela ineficácia dos mesmos.

Reforça-se a responsabilização dos agentes públicos pelos resultados das políticas e dos programas governamentais. Assim,

No que concerne à avaliação de uma política pública, sobretudo uma política de ação afirmativa, é necessário observar quais foram os objetivos da construção da política, suas metas e em que medida tal política foi construída tendo por finalidade alterar cenários e quais seriam estes cenários. Ou seja, a de produzir transformações compatíveis com as demandas e expectativas da sociedade ou do segmento [beneficiado] (SOUZA, 2021. p.154).

Souza (2010) destaca a necessidade da construção de programas, por exemplo, de AA[ações afirmativas], preocupados com a sua efetividade (eficiência e eficácia). Esta efetividade deve ser orientada dentro dos resultados esperados (ou não esperados). Estes resultados esperados ou não devem estar intimamente ligados com os objetivos fundantes do Programa. Um plano de metas, por exemplo, a curto, médio e longo prazo.

Neste sentido,

As estratégias de monitoramento e de avaliação, que devem ser constantes dentro das metas almejadas, e que poderão revelar qual é o perfil do resultado alcançado dentro dos objetivos. É neste contexto que se torna relevante analisar as possíveis dinâmicas e características de atuação estatal e os seus possíveis problemas que são advindos da Administração Pública. Assim, é a estratégia

de gerenciamento do Programa que permite a realização de uma avaliação que traduza resultados a fim de entender, orientar, melhorar e transformar os aspectos avaliados a partir dos resultados alcançados. As estratégias de avaliação é que podem garantir um melhor diagnóstico que indique com maior precisão as fragilidades e desafios, na construção de novas metas de superação desses desafios ou reconstrução de novas metas” (SOUZA, 2010. p. 154).

Como destacou-se ao longo do texto, a avaliação e monitoramento, ou seja, o gerenciamento das políticas de ações afirmativas, se configura como sendo central, fundamental, necessária e dever das Instituições e de seus gestores (SOUZA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Institutos Federais assim a maior parte das Universidades públicas, apresentam sub-representação de negros e indígenas entre seus gestores/as. No caso do IFBA, conforme dados do Sistema Unificado de Administração Pública - Suap/IFBA (2020), verificou-se um percentual significativo de mulheres e negros no seu quadro de docentes e técnicos administrativos; contudo, a maioria eleita para as Direções Gerais do 22 Campi foram notadamente de homens e brancos, mesmo sendo a Bahia composta por mais de 80% de negros (IBGE, 2020), inclusive entre os estudantes (PNP, 2021).

As questões elencadas acima são relevantes na construção de modelos de gerenciamento de Ações Afirmativas para negros, indígenas, pessoas com deficiência, em serviços públicos. Estas ações potencialmente inovadoras precisam estar sendo acompanhadas de estratégias que para além de beneficiar o grupo fragilizado na forma de ingresso; necessitam, em função de condicionantes históricos, corroborar para eliminação de todas as formas de discriminação.

Nesses termos, encontrar nos espaços públicos ambientes que valorizam a diversidade étnico-racial, assim como produzam mudanças de mentalidades acerca do grupo beneficiado, sobretudo por se tratar de uma política de Estado, onde este deve dar exemplo na forma de condução do processo para inspirar

não só o ambiente interno, na medida em que possibilita a construção de um ambiente saudável, mas também reproduz estes significados para seus estudantes de que haveria uma valorização de todos os grupos étnico-raciais existentes na sociedade (SOUZA, 2010, 2020).

No mesmo sentido, ações afirmativas de caráter público, como observadas no IFBA, quando implementadas, sem programas de valorização da presença da população beneficiada após ingresso nos cursos técnicos, superiores, pós-graduação ou mesmo nos processos de concursos, reproduzem a crença na promoção da igualdade social, racial e étnica, ou seja, mantém pactuação estratégica com o mito da democracia racial.

Eliana Nascimento (2020) argumenta que todas as políticas públicas necessitam ser pensadas dentro de uma perspectiva interseccional, ou dito com outras palavras, que a formulação dessas políticas precisa olhar o cruzamento de um conjunto de opressões, tal como raça, gênero, classe e geração.

No campo das políticas educacionais brasileiras, admite-se que a assistência estudantil é uma ação fundamental para a fruição do direito à educação (SILVA; CROSARA, 2020). Configura-se como dimensão social da política de educação e, por conta disso, assume centralidade para a democratização do acesso, permanência e êxito dos(as) estudantes em situação de vulnerabilidade social. No entanto, a sua trajetória não resultou no estabelecimento de um conceito único e consensual (DUTRA; SANTOS, 2017).

Destaca-se, desta forma, a necessidade de investimento e ampliação na qualidade das coletas de dados que traduzam o tamanho das desigualdades que emperram o avanço nas políticas educacionais na assistência estudantil e, conseqüentemente, dos grupos beneficiados por políticas afirmativas.

Cassia Mocelin (2022) explicita que a assistência estudantil e a política de cotas na sua essência foram estabelecidas para atuarem em conjunto, mas institucionalmente observou-se pouca articulação entre as duas. Ressalta a necessidade da incorporação de princípios afirmativos para o acesso à assistência estudantil, visto que “dar o mesmo tratamento a grupos sociais que

a sociedade os produziu desiguais redonda em mantê-los desiguais" (FRIGOTTO, 2018, p.11).

REFERÊNCIAS

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). *Há 113 anos formando profissionais qualificados e transformando vidas!* Disponível em:

<https://113anos.redefederal.org.br/#inicio>. Acesso em: 11 de out. 2022.

DUTRA, Natália G. dos R.; SANTOS, Maria de Fátima de S. *Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções*. Ensaio: aval. Pol. Públ. Rio de Janeiro, v 5. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (organizador). *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

IANNI, Octávio. *A Dialética das Relações Raciais*. Sem data. Disponível em: <http://www.antropologia.org.br/arti/colab/a16-oianni.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2007.

Instituto Federal da Bahia. *O Instituto*. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/acessoainformacao/institucional>. Acesso em: 12 de out. 2022.

Ministério da Educação (MEC). *Rede Federal completa 111 anos com 1 milhão de estudantes: mais da metade dos alunos atendidos têm renda per capita de até um salário mínimo* Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/rede-federal-completa-111-anos-com-1-milhao-de-estudantes. Acesso em: 11 de out. 2022.

GOMES, Joaquim Barbosa. *Princípios Constitucionais da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social, a experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MOCELIN, Cassia Engres. *Ações Afirmativas e Serviço Social: a política de cotas nas universidades federais do RS na percepção de assistentes sociais*. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2022.

NASCIMENTO, Eliana. A pandemia tem cor e gênero. In: *INFORME ENSP: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca*, 2020.

REIS, Cacilda F. dos. O trabalho do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica: um olhar a partir da experiência no IFBA campus Barreiras. In: FERRIZ, Adriana F. Pereira; DAMASCENO, Heide de Jesus (Organizadoras). *O*

trabalho do assistente social na política de educação no estado da Bahia.
Aracaju: Criação, 2018.

REIS, C. F.; VIELMO, P.; & CARDOSO, J. M. A Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos: a experiência do PROEJA no IFBA câmpus de Barreiras, no período de 2006-2014. *Revista Brasileira de Educação Profissional Tecnológica/ RBEPT*, n. 7, Vol. 1, 2014.

RIBEIRO, Ricardo T. *A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o contexto do IFBA*. Tese (doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão - SE, 2018.

Secretaria da Cultura - SecultBA. *Divisão Territorial da Bahia: Territórios de Identidade*. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314>. Acesso em: 11 de out. 2022.

SILVA, Leonardo Barbosa; CROSARA, Daniela de Melo (Organizadores). *A assistência estudantil em debate: análise dos projetos de lei em tramitação no congresso nacional brasileiro*. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. [recurso eletrônico].

SOUZA, Marcilene Garcia de. Bancas de aferição, fraudes e seus desafios na educação superior e nos concursos públicos. *Revista Educação em Debate*, Fortaleza: UFC, v. 42, n.83, 2020.

SOUZA, Marcilene Garcia de. *Ações afirmativas e cotas raciais nos concursos públicos do município de São Paulo: dois anos*. São Paulo: SMPir, 2016.

SOUZA, Marcilene Garcia de. *Ações afirmativas e inclusão de negros por "cotas raciais" nos serviços públicos do Paraná*. 2010. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

VARELLA, Santiago Falluh. *Direitos coletivos, discriminação racial e Justiça: Determinantes das resistências às ações afirmativas nos discursos jurídicos*. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia - UNB, 2009.

Recebido em: 02/10/2022

Aprovado em: 06/01/2023

Publicado em: 10/03/2023